



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

10^o ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF

RELATÓRIO

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2016



PODER JUDICIÁRIO

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

10^o ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF

RELATÓRIO

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2016



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro João Otávio de Noronha
Conselheiros: Lelio Bentes Corrêa
Carlos Augusto de Barros Levenhagen
Bruno Ronchetti de Castro
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Gustavo Tadeu Alkmin
Carlos Eduardo Oliveira Dias
Rogério José Bento Soares do Nascimento
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
Luiz Cláudio Silva Allemand
José Norberto Lopes Campelo

Secretário-Geral: Júlio Ferreira de Andrade
Diretor-Geral: Amarildo Vieira de Oliveira

Organização: Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social
Secretária de Comunicação Social Luiz Cláudio Cunha
Projeto gráfico Eron Castro
Revisão Carmem Menezes

2016

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

- 1 Introdução** 7
- 2 Solenidade de abertura** 8
- 3 Conferência Magna** 10
- 4 Panorama dos Tribunais Superiores** 11
- 5 O Selo Justiça em Números** 12
- 6 Painel “O cidadão e a sociedade: o Judiciário na atualidade”** 13
- 7 Resultados parciais das Metas Nacionais 2016** 14
- 8 Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional** 16
- 9 Plenária Final** 19
- 10 Metas Nacionais do Poder Judiciário 2017** 20

1 Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou o **10º Encontro Nacional do Poder Judiciário** nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília/DF.

O evento reuniu presidentes dos tribunais para deliberação e aprovação das metas nacionais para o Judiciário e metas específicas dos segmentos de justiça. Ao todo foram aprovadas oito metas nacionais e 11 metas específicas, a serem alcançadas em 2017.

Na oportunidade, houve a divulgação dos resultados da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e do desempenho dos tribunais no cumprimento das metas relativas ao ano de 2016 e, ainda, a premiação dos tribunais laureados com o Selo Justiça em Números, em reconhecimento da excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais dos tribunais brasileiros.

Os participantes do evento tiveram também a oportunidade de assistir a palestra sobre “Justiça, Verdade e Eficiência”, proferida pelo jornalista William Waack, e o painel “O cidadão e a sociedade: o Judiciário na atualidade”, presidido pela Diretora-executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, Dra. Maria Tereza Sadek.

Ao longo deste relatório, encontram-se referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos do evento.

2 Solenidade de abertura

A Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministra Cármen Lúcia, dando início à abertura do evento, cumpriu e agradeceu a presença de todos os presentes e as autoridades que compuseram a mesa de abertura: o Presidente em exercício do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministro Luiz Fux; a Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministra Laurita Vaz; o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Ives Gandra; o Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Ministro William Barros; a Advogada-Geral da União, Ministra Grace Mendonça; e o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha.

A Ministra Cármen Lúcia iniciou o seu discurso enfatizando que o CNJ, apesar de ser um órgão com apenas 10 anos de existência, está acertando os caminhos, especialmente quanto ao que a sociedade brasileira espera da magistratura, e verificando o que é preciso para atender as suas demandas. A presidente lembrou que o servidor público, de qualquer um dos poderes, existe para cumprir a finalidade constitucionalmente fixada de atender o interesse público específico. No caso do Judiciário, o cidadão brasileiro espera que se julguem os casos de maior conflituosidade e que se busque uma pacificação na sociedade, de modo a prevenir novos conflitos.

Adicionalmente, ressaltou que o CNJ tem dois objetivos, quais sejam: fixar as políticas do Poder Judiciário e dar fim à grande demanda que a sociedade tem com a justiça brasileira.

A Ministra declarou que o Encontro Nacional tem o aspecto muito positivo de promover a união entre os diversos segmentos de justiça em prol dos objetivos da República Federativa do Brasil, no que concerne ao Poder Judiciário, e oferecer propostas e respostas para avaliação da sociedade quanto à sua atribuição constitucional.

Logo após, a Ministra Cármen Lúcia passou a palavra ao anfitrião do evento, o Ministro Luiz Fux, Presidente em exercício do TSE. O Ministro salientou que o evento representa a dedicação do Judiciário com o seu aperfeiçoamento e explicou que os Encontros almejam alcançar os desejos da sociedade.

Segundo a Ministra, os Encontros têm o intuito de obter soluções concretas, tais como: projetos, metas, fixação de formas e procedimentos para o alcance das

finalidades já fixadas na Constituição Brasileira e nas leis vigentes. Por fim, concluiu desejando que o encontro fosse marcado pela união, uma vez que os órgãos do Judiciário têm problemas comuns e deveres com a sociedade brasileira, tendo sempre o objetivo de pacificar as relações.



Mesa da Solenidade de Abertura do 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário

O arquivo com as apresentações da Solenidade de Abertura pode ser acessado pelo *link*:

[Apresentações – Solenidade de Abertura](#)

3 Conferência Magna

Posteriormente à solenidade de abertura, a mesa seguinte foi composta pela Ministra Presidente do CNJ, pelo Presidente do TSE em exercício, Ministro Luiz Fux, e pelo especialista em Ciência Política, Sociologia e Comunicação, o jornalista William Waack.

O conferencista abordou temas como a crise de representatividade política no Brasil; atuação do Poder Judiciário e as condutas da sociedade diante desse cenário.



Mesa da Apresentação - Conferência Magna

4 Panorama dos Tribunais Superiores

O painel do panorama dos tribunais superiores foi presidido pelo Ministro Dias Toffoli, vice-presidente do STF. A mesa foi composta pela Ministra Laurita Vaz, presidente do STJ; pelo Ministro William de Oliveira Barros, presidente do STM; pelo Ministro Luiz Fux, presidente em exercício do TSE; e pelo Ministro Ives Gandra, presidente do TST.

Os ministros realizaram uma análise da situação dos respectivos Tribunais Superiores, indicando a importância da melhoria da prestação jurisdicional e do aprimoramento cada vez mais das suas ferramentas de trabalho. Foram relacionados projetos e iniciativas daqueles tribunais os quais visaram contribuir para a excelência e a harmonia do Poder Judiciário.



Mesa de Apresentação – Panorama dos Tribunais Superiores

5 O Selo Justiça em Números

O CNJ premiou com o “Selo Justiça em Números” os tribunais que aprimoraram a gestão da informação. O objetivo da premiação é dar reconhecimento aos tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais. Os requisitos para a concessão do Selo Justiça em Números foram atualizados nos termos da Portaria CNJ n. 56 de 27 de maio de 2016.

A mesa foi presidida pelo Conselheiro Bruno Ronchetti, presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, acompanhado da Dra. Maria Tereza Sadek, Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ.

Segundo o presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, foram considerados requisitos inovadores, incluídos no acompanhamento das políticas dos tribunais, como: política de priorização do 1º grau de jurisdição; responsabilidade socioambiental; atenção à saúde dos magistrados e dos servidores do judiciário, além de mecanismos de gestão participativa para formulação das metas nacionais.

A premiação visa estimular todos os tribunais a fornecerem informações da maneira mais correta e precisa possível. Para a Diretora Executiva do DPJ do CNJ, o selo garante a gestão da informação, fundamental para se fazer um diagnóstico cada vez mais preciso e transparente do Poder Judiciário.



No ano de 2016, foram distribuídos oito selos Diamante, 41 selos Ouro, 10 selos Prata e 14 selos Bronze

6 Painel “O cidadão e a sociedade: o Judiciário na atualidade”

Para este painel compuseram a mesa a Dra. Maria Tereza Sadek, Diretora Executiva do DPJ do CNJ, Gustavo Binenbojm, advogado e jurista, e Everardo Maciel, atualmente consultor tributário.

Durante sua exposição, Gustavo Binenbojm analisou a legitimidade do Poder Judiciário e examinou o papel do Judiciário no contexto atual. Já Everardo Maciel apresentou uma proposta de reestruturação do contencioso administrativo fiscal. Segundo o especialista, a ideia seria encaminhar aos órgãos do Executivo, como Receita Federal, a responsabilidade pelo acompanhamento na execução fiscal dos processos.



Mesa de Apresentação – Painel – “O cidadão e a sociedade: o Judiciário na atualidade”

7 Resultados parciais das Metas Nacionais 2016

O Conselheiro Carlos Levenhagen, membro da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do Conselho Nacional de Justiça, presidiu o painel de exposição dos resultados parciais das Metas Nacionais 2016. O Conselheiro destacou que o povo brasileiro tem depositado a sua esperança no Poder Judiciário, o que resulta em um sentimento maior de responsabilidade por parte da magistratura em corresponder à confiança transmitida.

Após a fala inicial do Conselheiro Levenhagen, o Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim, também membro da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, apontou que as metas nacionais representam um compromisso da Justiça com a sociedade, buscando, entre outras finalidades, a celeridade da prestação jurisdicional, a diminuição dos estoques de processos, e incentivar a política de conciliação e de justiça restaurativa.

O Conselheiro Gustavo Alkmim ressaltou que a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário possibilitou aos órgãos do Poder Judiciário maior integração, por meio da interlocução de representantes de todos os tribunais no debate de assuntos relacionados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e aos Macrodesafios, especialmente no que se refere à formulação de metas nacionais.

O Conselheiro destacou a melhoria do processo de formulação das metas, por meio da implementação da gestão participativa, o que proporcionou um aumento na participação e no envolvimento dos agentes (juízes e servidores) que estão diretamente envolvidos na execução e alcance das metas fixadas.



Adicionalmente, o Conselheiro frisou que o principal desafio atual é buscar cada vez mais dados factíveis e mais compatíveis com a estrutura de cada segmento, acrescentando que o Poder Judiciário deve analisá-los sob uma ótica mais humana.

Em outras searas, apontou a necessidade de se ter uma reflexão quanto à importância e à relevância do primeiro grau para o Poder Judiciário; além de ressaltar que, mesmo com corte orçamentário, decorrente da crise econômica e financeira, conseguiu-se alcançar resultados melhores nas metas do que em relação aos anos anteriores.

[Os resultados parciais das metas nacionais estão disponíveis no portal do CNJ.](#)

8 Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional

As reuniões setoriais foram realizadas na manhã do dia 6 de dezembro com o objetivo de deliberar, votar e aprovar as metas nacionais e específicas de cada segmento de justiça para o ano de 2017. Participaram das reuniões presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos Conselheiros, com o apoio técnico da equipe do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do CNJ. As deliberações e as votações foram exclusivas para os presidentes ou representantes designados para definir as metas nacionais e específicas para 2017.

Os segmentos de justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas setoriais, da seguinte forma:



Grupo da Justiça do Trabalho (TST e TRTs)

Coordenação: Conselheiros Gustavo Tadeu Alkmim e Carlos Eduardo Oliveira Dias.



Grupo Justiça Federal (TRFs)

Coordenação: Conselheiros Fernando César Baptista de Mattos e Daldice Maria Santana de Almeida.



Grupo Justiça Estadual (TJs)

Coordenação: Conselheiros Carlos Augusto de Barros Levenhagen e Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior.



Grupo Justiça Eleitoral (TSE e TREs)

Coordenação: Conselheiros Rogério José Bento Soares Nascimento e Bruno Ronchetti de Castro.



Grupo Justiça Militar (STM e JM Estadual)

Coordenação: Conselheiro Luiz Cláudio Silva Allemand

9 Plenária Final

Subsequente às reuniões setoriais, iniciou-se a Plenária Final. Compuseram a mesa de encerramento: a Presidente do STF e do CNJ, Ministra Cármen Lúcia; o Presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, Conselheiro Bruno Ronchetti; o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha; e o Secretário-Geral do CNJ, Júlio Ferreira de Andrade.

Preliminarmente, a Ministra Cármen Lúcia fez agradecimento a cada juiz brasileiro, que segundo a Ministra, nas melhores condições ou em condições mais adversas, vem desempenhando suas funções com toda envergadura e compromisso. Nesse momento de mudanças, em que o cidadão procura permanentemente o Poder Judiciário, a magistratura, de acordo com a Presidente do CNJ, vem buscando novas formas de pacificação da sociedade para que todo conflito das relações humanas não desague no Poder Judiciário, dando ênfase, por exemplo, à mediação e à conciliação.

A Ministra anunciou que o CNJ pretende criar um censo e um cadastro da população carcerária brasileira, com o objetivo de fornecer informações que permitam julgar quem atualmente se encontra preso sem ter sido julgado. Tais iniciativas são necessárias para que não haja descumprimento à lei de execução penais.

Além da magistratura, a Presidente do CNJ destacou o trabalho dos outros atores da comunidade jurídica – Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil – que, ao lado do Judiciário, atuam na busca da pacificação social.

Ao final, a Ministra Cármen Lúcia frisou que o CNJ não medirá esforços para garantir condições para que a magistratura possa desenvolver suas atividades com segurança e independência.

Por fim, as metas nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2017 aprovadas pelos segmentos de justiça nas reuniões setoriais foram anunciadas pelo Secretário-Geral do CNJ.

10 Metas Nacionais do Poder Judiciário 2017

META 1

Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

- » **Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral, Justiça Estadual, Justiça Federal e Tribunais de Justiça Militar Estaduais:** julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;
- » **Justiça do Trabalho:** Julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente, com redução proporcional, em cada tribunal, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

META 2

Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31/12/2017, pelo menos:

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** 99% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 90% dos processos distribuídos em 2013.
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014.
- » **Na Justiça Militar da União:** 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nas Auditorias Militares, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no STM.
- » **Na Justiça Eleitoral:** pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015.
- » **Na Justiça Estadual:** 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

- » **Na Justiça Federal:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.
- » **Na Justiça do Trabalho:** 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º e no 2º grau.
- » **Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais:** 95% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nas Auditorias Militares, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 2º grau;

META 3

Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- » **Justiça Federal:** Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.
- » **Justiça do Trabalho:** Aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%.

META 4

Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2017:

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2014 e 70% das ações distribuídas em 2015.
- » **Na Justiça Militar da União:** as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015.

- » **Na Justiça Estadual:** 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.
- » **Na Justiça Federal:** 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.
- » **Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais:** as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau, e as distribuídas no 2º grau até 31/12/2016.

META 5

Impulsionar processos à execução (Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- » **Na Justiça Estadual:** estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2017.
- » **Na Justiça Federal:** baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.
- » **Na Justiça do Trabalho:** baixar 90% do total de casos novos de execução do ano corrente, com redução proporcional, em cada tribunal, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

META 6

Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, TST, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar até 31/12/2017:

- » **No STJ:** 60% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídas a partir de 01/01/2015.
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** as ações coletivas distribuídas até 31/12/2014.
- » **Na Justiça Estadual:** 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 2º grau.

- » **Na Justiça Federal:** FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º e 2º grau. FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º e 2º grau. FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º e 2º grau.
- » **Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho:** 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau e até 31/12/2015 no 2º grau.

META 7

Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ, TST, Justiça do Trabalho)

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** Garantir tempo médio de 180 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos.
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** identificar e reduzir em 2,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.
- » **Na Justiça do Trabalho:** identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

META 8

Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Justiça Estadual)

- » **Justiça Estadual:** Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres até 31/12/2017.



www.cnj.jus.br